

# MARXISMO, FUNCIONALISMO E TEORIA DOS JOGOS\*

Argumentos em Favor do Individualismo  
Metodológico\*\*

*JON ELSTER*

Como deveria a análise social marxista relacionar-se com a ciência social burguesa? A resposta é óbvia: absorver e desenvolver o que é útil, criticar e rejeitar o que não tem valor. A ciência social marxista no entanto seguiu o caminho oposto. Ao assimilar os princípios da sociologia funcionalista, reforçada pela tradição hegeliana, a análise social marxista adquiriu uma teoria aparentemente sólida que na verdade encoraja o pensamento indolente e a ausência de polêmica. Por outro lado, virtualmente todos os marxistas têm rejeitado a teoria da escolha racional em geral e, em particular, a teoria dos jogos. Entretanto, a teoria dos jogos é de valor inestimável para qualquer análise do processo histórico centrado na exploração, conflito, alianças e revolução.

\* Este artigo de Jon Elster é uma crítica incisiva do uso generalizado e sistemático do funcionalismo nas ciências sociais e em particular na análise marxista; ele sustenta, em contraposição, a necessidade de estabelecer os microfundamentos do marxismo pela adoção do individualismo metodológico. O amplo debate suscitado por ele foi publicado na revista *Theory and Society* 11 (1982), Elsevier, N.Y., incluindo comentários de G.A. Cohen, P.V. Parijs, J. Roemer, J. Berger, C. Offe e A. Giddens.

\*\* Tradução de Regis de Castro Andrade.

Essa questão relaciona-se ao debate sobre o individualismo metodológico, rejeitado por muitos marxistas que erroneamente associam-no ao individualismo no sentido ético ou político. Chamo de individualismo metodológico a doutrina segundo a qual todos os fenômenos sociais (sua estrutura e sua mudança) são explicáveis, em princípio, apenas em termos de indivíduos: de suas características, fins e crenças. Essa doutrina não é incompatível com nenhuma das proposições verdadeiras que se seguem: (a) indivíduos freqüentemente têm fins que envolvem o bem-estar de outros indivíduos; (b) eles freqüentemente acreditam em entidades supra-individuais não redutíveis às crenças que têm sobre os indivíduos. “O medo que o capitalista tem da classe trabalhadora” não pode ser reduzido aos sentimentos dos capitalistas em relação a trabalhadores individuais. Pelo contrário, a proposição “o lucro do capitalista é ameaçado pela classe trabalhadora” pode ser reduzida a uma proposição complexa sobre as conseqüências das ações de trabalhadores individuais<sup>1</sup>; (c) muitas características dos indivíduos, tais como “autoridade” ou “poder”, são irreduzivelmente relacionais, de modo que uma descrição precisa de um indivíduo deve ser feita por referência a outros indivíduos<sup>2</sup>.

A insistência sobre o individualismo metodológico conduz à busca dos microfundamentos da teoria social marxista. A necessidade de tais fundamentos é hoje amplamente, embora não universalmente, reconhecida pelos teóricos da economia marxista<sup>3</sup>. A teoria marxista do Estado ou da ideologia encontra-se, por contraste, em estado lastimável. Em particular, os marxistas não aceitaram o desafio de mostrar como a hegemonia ideológica se gera e se consolida no plano individual. A psicologia social deveria ser para a teoria marxista da ideologia<sup>4</sup> o que a

<sup>1</sup>A questão filosófica invocada aqui é a de que em contextos de crença, desejo etc., não é geralmente possível intercambiar expressões com a mesma referência sem alterar o valor de verdade. Nós tememos um objeto tal como descrito de uma certa maneira, mas podemos não temê-lo se for descrito de maneira diferente.

<sup>2</sup>Para uma análise dessa idéia ver o meu livro *Logic and Society*, Chichester, Wiley, 1978, pp. 20 e 55.

<sup>3</sup>Um argumento convincente da necessidade do microfundamento encontra-se em John Roemer, *Analytical Foundations of Marxian Economic Theory*, Cambridge University Press, 1981, cap. I e *passim*.

<sup>4</sup>Argumento mais detalhadamente sobre essa proposição no cap. V do meu *Sour Grapes*, Cambridge University Press.

microeconomia é para a teoria econômica marxista. Sem um conhecimento sólido sobre os mecanismos que operam a nível individual, as teses marxistas de amplo alcance sobre as macroestruturas e as mudanças de longo prazo são condenadas a permanecer como especulações.

### A POBREZA DO MARXISMO FUNCIONALISTA

A análise funcionalista<sup>5</sup> na sociologia tem uma longa história. A origem da explicação funcionalista encontra-se provavelmente na teodicéia cristã, que alcança seu apogeu em Leibniz: tudo é para o melhor no melhor dos mundos possíveis. Os males têm conseqüências positivas de um ponto de vista mais amplo, e devem ser explicados por essas conseqüências. O primeiro proponente leigo dessa tese foi provavelmente Mandeville, cujo ditado “vícios privados, benefícios públicos” prenuncia o conceito de função latente, de Merton. Devemos a Mandeville o Paradigma Funcional Fraco: um padrão institucional ou comportamental freqüentemente tem conseqüências que são: (a) benéficas para alguma estrutura econômica ou política dominante; (b) não são intencionais do ponto de vista dos atores; e (c) não são atribuídas pelos beneficiários àquele comportamento. Esse paradigma, que também podemos chamar de paradigma da mão-invisível, é onipresente nas ciências sociais. Observe-se que ele não explica a instituição ou comportamento que produz essas conseqüências. Se usarmos o termo “função” para designar as conseqüências que satisfazem a condição (a), e “função latente” para as conseqüências que satisfazem a todas as três condições, podemos prosseguir formulando o Paradigma Funcional Principal: as funções latentes (se existirem) de uma instituição ou comportamento explicam a presença dessa instituição ou comportamento. Finalmente, temos o Paradigma Funcio-

<sup>5</sup>Para uma exposição mais completa de minhas posições sobre a explicação funcional, ver cap. 2 do meu *Explaining Technical Change*, Cambridge University Press; consultar também minha discussão com G.A. Cohen em *Political Studies* XXVIII (1980); com Arthur Stinchcombe em *Inquiry* 23 (1980) e minha revisão de P. van Parijs, *Evolutionary Explanation in the Social Sciences*, Totowa, N.J., Rowman and Littlefield, 1981, a ser publicado em *Inquiry*.

nal Forte: todas as instituições ou padrões de comportamento têm uma função que explica sua presença.

Leibniz invoca o Paradigma Forte numa escala cósmica. Hegel o aplica para a sociedade e a história, porém sem seu fundamento teológico, que seria a sua única justificativa possível. Althusser concorda com a proposição hegeliana de que a história é um “processo sem sujeito”, embora para Hegel o processo ainda tenha uma finalidade. De fato, esse é um traço característico tanto do paradigma principal quanto do paradigma forte: *postular um propósito sem seu ator* ou, em termos gramaticais, um predicado sem um sujeito. (Os pensadores funcionalistas caracteristicamente usam a voz passiva.) A tais processos guiados por uma finalidade sem um sujeito intencional eu chamo *teleologia objetiva*. Eles devem ser distinguidos tanto da *teleologia subjetiva* (atos intencionais com um sujeito intencional) quanto da *teleonomia* (comportamento adaptativo modelado pela seleção natural). A principal diferença entre a teleologia subjetiva e a teleonomia é a de que aquela, diferentemente dessa última, pode envolver a espera de momentos oportunos e o uso de estratégias indiretas, do tipo “um passo para trás, dois para frente”<sup>6</sup>. Na medida em que o Paradigma Funcionalista Principal invoca a teleonomia, como na explicação do comportamento de mercado, através de um modelo de competição entre as empresas do tipo seleção natural, não se pode fazer objeção a ele. Nos casos muito mais numerosos em que não existe analogia com a seleção natural, as funções latentes não explicam suas causas<sup>7</sup>. Particularmente as conseqüências

<sup>6</sup>Para uma exposição mais completa, ver o cap. 1 de meu *Ulysses and the Sirens*, Cambridge University Press, 1979.

<sup>7</sup>A seleção natural invoca a competição entre indivíduos coexistentes. Arthur Stinchcombe aponta (na sua contribuição para *The Idea of Social Structure: Papers in Honor of Robert K. Merton*, ed. Lewis A. Coser, Harcourt, Brace, Jovanovich, 1975) para um modelo análogo, envolvendo seleção entre estados sociais sucessivos. O modelo apresenta a mudança social como um interessante processo de Markow, que pode ser sintetizado, para os objetivos presentes, dizendo-se que as instituições sofrem mudanças contínuas até que cheguem a um estado no qual não existam mais pressões para mudanças posteriores (“*the absorbing state*”). Essa opinião poderia ser usada como base para explicações funcionais, com a modificação de que se poderia explicar estados sociais em termos da ausência de conseqüências desestabilizadoras ao invés da presença de conseqüências estabilizadoras. Eu argumentaria, entretanto, que – diferentemente do caso biológico – não existem razões para pensar que esse processo adaptativo possa alcançar as mudanças do meio social.

positivas a longo prazo, não pretendidas e não reconhecidas de um fenômeno, não podem explicá-lo quando suas conseqüências de curto prazo são negativas<sup>8</sup>.

Voltando-nos para exemplos de análise funcionalista na ciência social não marxista, consideremos a seguinte frase de Lewis Coser: "Os conflitos entre e intra estruturas burocráticas proporcionam os meios para evitar a ossificação e ritualismo que ameaçam a forma de organização dessas estruturas"<sup>9</sup>. Se em vez de "proporciona os meios para evitar", Coser tivesse escrito "tem como conseqüência a redução" não poderíamos estar em desacordo metodológico com ele. Mas sua apresentação do argumento implica em teleologia objetiva, ou seja, a simulação de uma adaptação humana intencional sem a especificação do mecanismo de simulação. Alexander J. Fields observou que uma explicação funcional similar está por trás da escola da "interpretação econômica do direito de Chicago"<sup>10</sup>. Apesar de ser um exemplo um tanto grotesco, consideremos a seguinte proposição de Richard Posner:

"O argumento econômico para a proibição da dissolução do casamento devido à preocupação com o futuro das crianças se enfraquece se os pais amam seus filhos, pois os custos da separação para a criança serão

<sup>8</sup>G.A. Cohen oferece uma visão radicalmente distinta da explicação funcional em *Karl Marx's Theory of History*, Oxford University Press, 1978. Ele afirma que explicações funcionais podem ser corroboradas pela *lei das conseqüências*, do tipo "sempre que  $x$  tiver conseqüências favoráveis para  $y$ , então  $x$  aparece". Se se estabelece uma lei desse tipo, podemos afirmar que  $x$  é explicado pelas suas conseqüências favoráveis para  $y$ , mesmo que o mecanismo dessa associação não seja indicado (embora Cohen diga que algum mecanismo deve de fato existir). Às objeções (parcialmente mal orientadas) a essa idéia, apresentadas na minha revisão de seu livro em *Political Studies* (ver nota 5), gostaria de acrescentar o seguinte. Primeiro,  $x$  e seu efeito positivo sobre  $y$  podem ambos ser efeitos de um terceiro fator,  $z$ , e assim estar relacionados por uma correlação espúria. Segundo, a definição da lei das conseqüências está viciada pela forma imprecisa em que a dimensão temporal é introduzida. A lei poderia, de fato, ser vaziamente confirmada através da confortável ignorância das conseqüências a curto prazo em favor de conseqüências a longo prazo.

<sup>9</sup>"Social Conflict and the Theory of Social Change", in *Conflict Resolution: Contributions to the Behavioral Sciences*, ed. C.G. Smith, University of Notre Dame Press, 1971, p. 60.

<sup>10</sup>"What's Wrong with the New Institutional Economics" Department of Economics, Stanford University, 1979 (mimeo).

pesados pelos pais na decisão de se separar ou não, e eles se divorciarão apenas se o que ganharão com o divórcio exceder os custos para a criança; nesse caso, o divórcio maximizará o bem-estar. Se, como sugerido, o amor é um fator de importância crescente na produção de crianças, então pode ajudar a explicar por que a lei está se alterando para facilitar os requisitos necessários para o divórcio"<sup>11</sup>.

Posner e sua escola tendem, na verdade, para o Paradigma Funcional Forte, que a maioria dos sociólogos trocou pelo Paradigma Principal, mais sutil. Merton, o principal expoente do Paradigma Principal, é também um agudo crítico do Paradigma Forte<sup>12</sup>. Na ciência social radical e na marxista, entretanto, tanto o tosco Paradigma Forte quanto o menos tosco (porém igualmente falacioso) Paradigma Principal florescem. Embora minha principal preocupação seja com o marxismo, cabem alguns comentários sobre as abordagens radicais mais próximas. Como exemplificado no trabalho de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, nessas abordagens há uma tendência a se ver cada detalhe mínimo da ação social como parte de um vasto plano de opressão. Exemplo disso é a afirmação de Bourdieu de que quando os intelectuais brincam com a linguagem e mesmo violam deliberadamente as regras da gramática, essa é uma estratégia planejada para excluir os pequeno-burgueses com pretensões intelectuais, que acreditam que a cultura possa ser assimilada pelo aprendizado de regras, e que perdem o pé quando percebem que se trata muito mais de saber quando infringi-las<sup>13</sup>. Essa parece uma visão conspiratória, mas na verdade está mais próxima do funcionalismo, como se depreende do incessante uso que Bourdieu faz da frase "*tout se passe comme si*"<sup>14</sup>. Se tudo se passa como se os intelectuais não pensassem em

<sup>11</sup> *Economic Analysis of the Law*, Little, Brown, 1977, p. 106. (Itálicos adicionados e parênteses suprimidos.)

<sup>12</sup> R.K.Merton, *Social Theory and Social Structure*, edição revista, Free Press, 1957, pp. 30 e ss.

<sup>13</sup> P. Bourdieu, *La Distinction*, Editions de Minuit, Paris, 1979, p. 285. Para uma discussão crítica dessa *sociodidécia* invertida, que provém da pressuposição de que tudo é o pior no pior de todos os mundos possíveis, ver minha resenha no *London Review of Books*, 5-18 de novembro de 1981.

<sup>14</sup> Conteí quinze ocorrências dessa frase em *La Distinction*.

outra coisa senão garantir seu monopólio, então objetivamente isso deve explicar seu comportamento. Esse argumento é um análogo teórico da inveja – que surge quando “nossa inabilidade de fato para adquirir um bem é erroneamente interpretada como uma ação positiva contra os nossos desejos”<sup>15</sup>.

Marx reconheceu o Paradigma Funcional Fraco, mas para ele aquilo que Sartre chama de “contrafinalidade” – a produção sistemática de conseqüências que são perniciosas, não intencionais e não reconhecidas – era igualmente importante. Ademais pode-se certamente descobrir em sua obra o Paradigma Funcional Principal e, em pelo menos uma passagem, também o Paradigma Forte. Em *Teorias da Mais-Valia*, Marx reconstrói o núcleo racional do argumento de um adversário:

- 1 ...as várias funções na sociedade burguesa pressupõem-se mutuamente;
- 2 ...as contradições no plano da produção material tornam necessária uma superestrutura de estratos ideológicos, cuja atividade – boa ou má – é boa porque necessária;
- 3 ...todas as funções estão a serviço do capitalista e operam em seu “benefício”;
- 4 ...mesmo as mais sublimes produções espirituais deveriam ser meramente reconhecidas como tal, e deve-se pedir desculpas à burguesia se os seus produtores são apresentados como produtores diretos, e se demonstra erroneamente que eles de fato o são”<sup>16</sup>.

Embora o contexto seja ambíguo e o texto obscuro, uma leitura plausível sugere o Paradigma Forte. Todas as atividades beneficiam a classe capitalista e esses benefícios explicam sua presença. Essa visão conspiratória do mundo, na qual todas as atividades aparentemente inocentes, desde piqueniques dominicais a serviços de saúde para os idosos, são explicadas através de suas funções para o capitalismo, não é entretanto comum no trabalho de Marx. Muito mais profundamente enraizado, desde o plano da filosofia da história até os detalhes da luta de classes, está o Paradigma Principal.

<sup>15</sup>M.Scheler, *Ressentiments*, Schocken, 1972, p. 52.

<sup>16</sup>*Theories of Surplus-Value*, 3 vols., Progress, Moscou, 1963, vol. 1, p. 287.

Marx tinha uma teoria da história, fundamentada por uma filosofia da história: uma teoria empírica dos quatro modos de produção baseados na divisão de classes e uma noção especulativa de que antes e depois das divisões existia e existirá unidade. Nessa idéia, claramente, está também presente a noção hegeliana e leibniziana<sup>17</sup> de que a divisão é necessária para produzir a unidade e pode ser explicada através dessa função latente. A teleologia objetiva de Marx é especialmente proeminente nas notas de 1862-63, das quais o terço médio foi publicado como *Teorias da Mais-Valia* (enquanto que as demais partes somente agora estão sendo publicadas)<sup>18</sup>. Consideremos o seguinte argumento:

"A unidade original entre o trabalhador e as condições de produção (...) tem duas formas principais (...) Ambas são formas embrionárias e ambas são igualmente inadequadas para desenvolver o trabalho enquanto trabalho *social* e a força produtiva do trabalho social. Daí a necessidade da separação, da ruptura, da antítese entre trabalho e propriedade (...) A forma mais extrema dessa ruptura, aquela na qual as forças produtivas do trabalho social estão também mais completamente desenvolvidas, é o capital. A unidade original somente pode ser restabelecida a partir da base material criada pelo capital, e por meio da revolução pela qual passa a classe trabalhadora e toda a sociedade no processo dessa criação."<sup>19</sup>

Em outro escrito, Marx afirma que "à medida que a coerção do capital força a grande massa da sociedade a isso [trabalho excedente] além de sua necessidade imediata, o capital

<sup>17</sup>"Você sabe o quanto admiro Leibniz", Marx a Engels, 10 de maio de 1870. Sobre a estrutura da filosofia da história de Leibniz, ver cap. VI do meu livro *Leibniz et la Formation de l'Esprit Capitaliste*, Aubier-Montaigne, Paris, 1975.

<sup>18</sup>O manuscrito consiste em 23 cadernos de notas, dos quais os livros 6 a 15 foram publicados por Kautsky como *Theories of Surplus-Value*. Os livros 1 a 5 e 15 a 18 foram recentemente publicados no novo Marx-Engels *Gesamt-Ausgabe* e os demais logo estarão disponíveis na mesma edição. Assim como os *Grundrisse* de Marx atestam a influência da *Lógica* de Hegel, esses manuscritos mostram a influência da filosofia da história de Hegel.

<sup>19</sup>*Theories of Surplus-Value*, vol. 3, pp. 422-3.

cria cultura e exerce uma função histórica e social”<sup>20</sup>. Ele também cita alguns de seus versos favoritos de Goethe:

Sollte diese Qual uns quälen,  
Da sie unsre Lust vermehrt,  
Hat nicht Myriaden Seelen  
Timurs Herrschaft aufgezehrt?<sup>21</sup>

É difícil, embora talvez não impossível, não ver nesses trechos a afirmação de uma teleologia objetiva. Marx, como todos os hegelianos, estava obcecado pela *significação*. Se a sociedade de classe e a exploração são necessárias para a criação do comunismo, isso lhes empresta uma significação que também tem força explicativa. Ligado a isso, Marx também pôde argumentar que várias instituições da era capitalista podem ser explicadas pelas suas funções para o capitalismo, como nesta análise da mobilidade social:

“A possibilidade de um homem sem fortuna, mas possuindo energia, solidez, habilidade e argúcia nos negócios, poder se tornar um capitalista dessa forma [isto é, recebendo crédito] – e o valor comercial de cada indivíduo é estimado com razoável precisão sob o modo capitalista de produção – é algo muito admirado pelos apologistas do sistema capitalista. Embora essa possibilidade continuamente traga um sem-número de novos soldados da fortuna para a competição com os capitalistas individuais já existentes, também reforça a supremacia do próprio capital, expande sua base e possibilita o recrutamento de forças sempre renovadas do substrato da sociedade. De forma similar, o fato de que a Igreja Católica da Idade Média recrutou sua hierarquia a partir das melhores cabeças da terra, independentemente de sua classe social, berço ou fortuna, foi um dos principais meios da consolidação do domínio eclesiástico e supressão do laicato. Quanto

<sup>20</sup> *Marx-Engels Gesamt-Ausgabe*, Zweite Abteilung, Band 3, Teil 1, Dietz, Berlim, 1976, p. 173.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 327. Os versos também são citados no artigo de Marx “The British Rule in India”, *New York Daily Tribune*, 25 de junho de 1853, e de forma mais irônica no *Neue Oder Zeitung*, 20 de janeiro de 1855.

mais uma classe dominante seja capaz de incorporar os melhores cérebros das classes dominadas, mais estável e mais perigoso se tornará seu domínio.”<sup>22</sup>

Ao utilizar a palavra *meios* na penúltima sentença Marx sugere que os efeitos benéficos da mobilidade também a explicam. Nesse caso a proposição explicativa, embora não consubstanciada, pode ser verdadeira, porque a Igreja Católica era de fato uma instituição corporativa, capaz de promover seus interesses por meio de ações deliberadas. Isso entretanto não pode ser verdadeiro para a mobilidade social no capitalismo, porque a classe capitalista não é uma corporação moldando e canalizando tudo para o seu próprio benefício. Que essa mobilidade possa ter conseqüências favoráveis é indiferente para o “capital”, pois o capital não tem olhos que vejam ou mãos que se movam. De fato, a escola da “lógica do capital” na Alemanha representa uma violação flagrante do princípio do individualismo metodológico quando afirma ou sugere que as necessidades do capital provocam de alguma maneira sua própria realização<sup>23</sup>.

Existe, entretanto, uma maneira pela qual a classe capitalista pode promover seus interesses coletivos: através do Estado. Aqui confrontamo-nos com a dificuldade de especificar o caráter capitalista do Estado na sociedade capitalista. Marx não acreditava que os Estados concretos do século XIX fossem emanção direta e instrumento do domínio da classe capitalista. Ao contrário, ele argumentava que era interesse da classe capitalista ter um governo não capitalista – conduzido pela aristocracia na Inglaterra, pelo Imperador e sua burocracia na

<sup>22</sup> *Capital*, 3 vols., International Publishers, 1967, vol. 3, pp. 600-1. Para a distinção entre funcionalismo a curto prazo e funcionalismo a longo prazo em Marx, ver também Roemer, *Analytical Foundations*, p. 9.

<sup>23</sup> Ver B. Jessop, “Recent Theories of the Capitalist State”, *Cambridge Journal of Economics* 1 (1977), 353-74 e a Introdução a J. Holloway and S. Picciotta, eds., *State and Capital*, Edward Arnold, Londres, 1978. Devo mencionar que por “organismo corporativo” eu entendo algo diverso do que mais tarde se denominou “ator coletivo”. O primeiro refere-se a uma pessoa jurídica [juristic], ou mais amplamente a qualquer tipo de organização formal com um único centro de tomada de decisão. O último é definido como qualquer grupo de indivíduos capazes de, por solidariedade ou interesse próprio consciente, ultrapassar do problema do *free rider*; outra forma de superá-lo é criar um organismo corporativo com poder legal ou efetivo de manter seus membros na linha, mas na discussão abaixo eu me atenho mais à cooperação que emerge da coordenação tácita.

França. Era útil para os capitalistas ingleses permitir que a aristocracia permanecesse no poder, pois a luta política entre governantes e governados tornaria imprecisas as linhas da luta econômica entre exploradores e explorados<sup>24</sup>. De forma similar, o capitalismo no continente europeu somente poderia sobreviver com um Estado que aparentemente se colocasse acima das classes. Nessas análises Marx afirma que o Estado não capitalista era benéfico para o capitalismo. Ele jamais diz ou sugere que esse benefício era deliberadamente buscado pela classe capitalista, mas sugeria fortemente que isso explicava a presença do Estado não capitalista:

“A burguesia confessa que é do seu próprio interesse libertar-se dos perigos de seu próprio governo; que para restaurar a tranqüilidade no país, o seu Parlamento burguês, antes de mais nada, tem de ser calado; que para manter seu poder social intacto, seu poder político tem de ser quebrado; que, para garantir ao capitalista individual a exploração das outras classes e o gozo sem perturbações de sua propriedade, família, religião e ordem, é preciso que sua classe seja condenada, junto com as outras classes, a apreciar a nulidade política; que para salvar sua bolsa ele deve renunciar à coroa, e a espada que aí está para salvaguardá-lo, deve ao mesmo tempo estar suspensa sobre sua própria cabeça como a espada de Dâmocles.”<sup>25</sup>

Desafio qualquer um a ler esse texto sem entendê-lo como uma *explicação* do regime bonapartista. O que há nele senão uma *explicação* funcionalista? O Estado anticapitalista é a estratégia indireta pela qual o capitalista assegura seu domínio econômico: um passo para trás, dois passos para frente. Mas uma explicação em termos de funções latentes nunca pode invocar considerações estratégicas desse tipo. O “funcionalismo de longo prazo” sofre de todos os defeitos das explicações funcionalistas comuns, especialmente do problema de ter um propósito em busca de um agente intencional. Além do mais, é *arbitrário*,

<sup>24</sup> *New York Daily Tribune*, 25 de agosto de 1852.

<sup>25</sup> “*The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*” in *Collected Works* de Marx e Engels, Lawrence e Wishart, 1979, p. 143.

porque a manipulação da dimensão temporal quase sempre nos permite encontrar uma maneira pela qual um dado padrão é bom para o capital. É *ambíguo*, porque a distinção entre o curto e o longo prazo pode tanto ser lida seja como uma diferença entre efeitos transitórios e efeitos duráveis, seja como uma diferença entre dois tipos de efeitos duráveis<sup>26</sup>. É *incoerente*, porque efeitos positivos a longo prazo nunca poderiam dominar efeitos negativos de curto prazo na ausência de um ator intencional. Não é possível, portanto, identificar o Estado numa sociedade capitalista como Estado capitalista simplesmente devido às suas conseqüências favoráveis para o domínio econômico burguês.

Passo agora alguns escritos marxistas recentes. Consideremos inicialmente alguns textos de historiadores marxistas. Em um estudo importante John Foster faz, contudo, o seguinte comentário:

“A função básica da organização social feudal era, portanto, a manutenção do equilíbrio exato entre população e terra que (a partir das condições tecnológicas dadas) permitisse a produção do maior excedente feudal possível (...) Era suficiente assegurar que o casamento e a natalidade [dos camponeses] estivessem estritamente condicionados (pelo costume e religião) à herança da terra, e confiar em que o auto-interesse campons cuidasse do resto.”<sup>27</sup>

Mas quem é o sujeito dos verbos “assegurar” e “confiar” nessa última sentença? Este é claramente um caso de teleologia objetiva, de uma ação à procura de um ator.

E. P. Thompson escreveu que na Inglaterra pré-industrial houve revoltas recorrentes que, embora usualmente mal-sucedidas

<sup>26</sup>De Tocqueville distingue, em *Democracy in America*, tanto entre os efeitos transitórios da democratização e os efeitos estabilizadores da democracia, quanto entre o uso ineficiente de recursos e a criação eficiente de recursos, que são, ambos, inerentes à democracia como processo. Detalhes no cap. 1 do meu *Explaining Technical Change*.

<sup>27</sup>*Class Struggle and the Industrial Revolution*, Menthuen, 1974, p. 15. Dessa forma, o funcionalismo marxista explica a organização institucional do feudalismo em termos de suas conseqüências favoráveis para o produto excedente, enquanto os funcionalistas não marxistas, tais como D. North e R. P. Thomas (*The Rise of the Western World*, Cambridge University Press, 1973), explicam a mesma estrutura em termos de suas conseqüências favoráveis para o produto total.

na obtenção de seus objetivos imediatos, tinham sucesso a longo prazo no sentido de levar as classes proprietárias a um comportamento mais moderado. Ele também parece concluir que o sucesso a longo prazo proporciona uma explicação (intencional ou funcional) das revoltas. De qualquer maneira, é assim que eu interpreto sua questão retórica de saber se as revoltas "teriam continuado por vintenas ou até centenas de anos, se elas tivessem fracassado sempre em alcançar seus objetivos"<sup>28</sup>. Se funcionalista, a explicação é falha pelas razões já familiares. Se intencional, ela falha pelas razões relacionadas à crucial diferença entre ação individual e ação coletiva. Se um indivíduo age de acordo com seus interesses, podemos concluir que ele agiu em benefício daqueles interesses. Mas, quando um grupo de indivíduos age de modo a obter uma vantagem coletiva, não podemos concluir que eles agiram para obtê-la<sup>29</sup>.

A tentativa de captar o significado de um comportamento que beneficia os atores pode assumir três formas distintas. Primeiro, a funcionalista, discutida acima. Segundo, as conseqüências podem ser transformadas em motivos, como no exemplo de Thompson. Essa inferência, embora não esteja sempre incorreta, é indefensável nos casos onde os benefícios emergem apenas se as ações são efetuadas por *todos* os atores em questão, embora o *indivíduo* não tenha incentivos em praticá-las. Por exemplo, seria benéfico para a classe capitalista como um todo se todos os capitalistas procurassem invenções poupadoras de trabalho, pois nesse caso a demanda agregada por trabalho, e conseqüentemente também o salário, cairiam. Pode ser que historicamente tenha havido tendência para invenções que economizem trabalho. Entretanto, os benefícios coletivos não explicam a tendência, pois eles nunca conseguiram motivar o capitalista individual que, sob condições de competição perfeita, é incapaz de influenciar o nível global do salário. A tendência, se ela existe, deve ser explicada por algum outro mecanismo, dos quais os benefícios coletivos são efeitos colaterais acidentais. Terceiro, pode-se invocar desígnios conspiratórios, e buscar uma intenção unificadora, porém oculta, por trás da estrutura a ser explicada. Portanto, se um padrão como a mobilidade social

<sup>28</sup>"The Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century", *Past and Present* 50 (1971), p. 120.

<sup>29</sup>Para uma análise dessa falácia, ver meu livro *Logic and Society*, pp. 118 e ss.

beneficia a classe capitalista como um todo, mas não os “capitalistas individuais pré-existentes”, a explicação conspiratória postula um comitê executivo secreto da burguesia. Não nego que conspirações ocorram, nem que sua existência possa ser demonstrada por evidências indiretas. Apenas sustento a necessidade de evidências – preferencialmente diretas – ou, se estas não são disponíveis, dependendo da natureza do caso, indiretas – da existência de uma mão coordenadora oculta. A simples invocação de conseqüências benéficas não proporciona tal evidência.

Passando agora da história marxista para a ciência social marxista propriamente dita, verificamos que o funcionalismo campeia livremente. Explicações funcionalistas penetram a teoria do crime e castigo<sup>30</sup>; a análise da educação<sup>31</sup>, o estudo da discriminação racial<sup>32</sup>, e (o que é mais importante) a análise do Estado capitalista, que foi uma indústria marxista florescente durante a última década. Nem todos os estudos marxistas são vítimas da falácia funcionalista citada acima, mas a maioria dos autores marxistas parece acreditar que “tudo o que acontece numa sociedade capitalista necessariamente corresponde às necessidades da acumulação de capital”<sup>33</sup>, de tal forma que “a

<sup>30</sup>Constituem exemplos W.J. Chambliss, “The Political Economy of Crime: A Comparative Study of Nigeria and the USA”, in *Critical Criminology*, I. Taylor, et al., eds., Routledge and Kegan Paul, 1975, e W.J. Chambliss e T.E. Ryther, *Sociology, The Discipline and Directions*, McGraw-Hill, 1975, p. 348. A abordagem Radical, intimamente relacionada, é exemplificada por M. Foucault, *Surveiller et Punir*, Gallimard, Paris, 1975, p. 277 e *passim*.

<sup>31</sup>S. Bowles e H. Gintis, *Schooling in Capitalist America*, Routledge and Kegan Paul, 1976, pp. 103, 114 e 130 apresentam exemplos. Na mesma linha ver M. Levitas, *Marxist Perspectives in the Sociology of Education*, Routledge and Kegan Paul, 1974. Uma versão Radical é a de P. Bourdieu e J-C. Passeron, *La Reproduction*, Editions de Minuit, Paris, 1970, p. 159.

<sup>32</sup>H. Bowles e S. Gintis, “The Marxian Theory of Value and Heterogeneous Labour: a Critique and Reformulation”, *Cambridge Journal of Economics* 1 (1977), pp. 173-192; J. Roemer, “Divide and Conquer: Microfoundations of a Marxian Theory of Wage Discriminations”, *Bell Journal of Economics* 10 (1979), pp. 695-705. A falácia de ambos esses artigos é a crença de que, porque as cisões internas na classe operária beneficiam a dominação da classe capitalista, essas cisões devem ser explicadas por esse benefício. Entretanto, isso é confundir o que Simmel (*Soziologie*, Dunker und Humblot, Berlim, 1908, pp. 76 e ss.) chama de, respectivamente, *tertius gaudens* e *divide et impera*. Terceiros podem beneficiar-se de um conflito, mesmo quando não tenham participado no seu desencadeamento.

<sup>33</sup>Como Jessop, “Recent Theories”, p. 364, caracteriza a escola da “lógica do capital”.

correspondência entre as ações (e a estrutura) do Estado e as necessidades da acumulação de capital [é] dada como certa”<sup>34</sup>. Alternativamente, “supõe-se que o Estado capitalista é universalmente funcional para a reprodução da dominância da classe capitalista”<sup>35</sup>. Esses trabalhos neomarxistas parecem orientar-se pelos seguintes princípios: (I) todas as ações do Estado servem o interesse coletivo da classe capitalista; (II) qualquer ação que servisse ao interesse coletivo da classe capitalista seria de fato assumida pelo Estado; (III) exceções do primeiro princípio são explicadas pela “relativa autonomia do Estado”; (IV) exceções ao segundo princípio são justificadas na linha do *Dezotto Brumário*: é do interesse político da burguesia que o Estado não intervenha sempre para promover os interesses econômicos da burguesia. É desnecessário dizer que o efeito das duas últimas cláusulas virtualmente esvazia as duas primeiras. Num artigo pioneiro, Michal Kalecki<sup>36</sup> aponta para algumas das principais questões dos debates recentes, em particular para a questão dos limites da intervenção estatal para salvar o capitalismo de si mesmo. À questão de por que os líderes industriais deveriam opor-se aos gastos governamentais para conseguir o pleno emprego, ele oferece três respostas, das quais as duas mais importantes são as seguintes:

“Primeiro, num sistema de *laissez-faire*, o nível de emprego depende em grande parte da assim chamada credibilidade (...) Ela fornece aos capitalistas um controle indireto poderoso sobre as políticas governamentais: tudo o que possa abalar a credibilidade deve ser cuidadosamente evitado porque causaria uma crise econômica. Mas, logo que o governo aprende o mecanismo de aumentar o emprego através das suas próprias compras, aquele poderoso artifício de controle do Estado perde sua efetividade. Por isso, déficits orçamentários necessários para a intervenção do governo devem ser considerados perigosos. A função social da doutrina

<sup>34</sup>Introdução a Holloway e Picciotta, p. 12, caracterizando o trabalho de Yaffe.

<sup>35</sup>E.O. Wright, *Class, Crisis and the State*, New Left Books, 1978, p. 231.

<sup>36</sup>M. Kalecki, “Political Aspects of Full Employment”, in *Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy*, Cambridge University Press, 1971, pp. 139-41.

das 'finanças saudáveis' é fazer o nível de emprego depender da 'confiabilidade'."

Em segundo lugar, Kalecki argumenta que os capitalistas não apenas se opõem a essa maneira de resolver a crise, mas na verdade necessitam da própria crise:

"[Num] regime de permanente pleno emprego as demissões perderiam seu papel de medida disciplinar. A posição social do patrão seria minada e a auto-segurança e consciência da classe dos trabalhadores cresceria. Greves por aumentos de salário e melhoria nas condições de trabalho criariam tensão política. É verdade que os lucros seriam maiores num regime de pleno emprego do que são em média no regime de *laissez-faire*; e mesmo o aumento dos salários resultante de um maior poder de negociação dos trabalhadores tem menos probabilidade de diminuir os lucros do que de aumentar os preços; nesse caso, o aumento afetaria adversamente apenas os interesses dos rentistas. Mas a 'disciplina nas fábricas' e a 'estabilidade política' são mais apreciadas pelos líderes empresariais do que os lucros. Seu instinto de classe lhes diz que o pleno emprego duradouro não é saudável de seu ponto de vista, e que o desemprego é parte integrante de um sistema capitalista normal."

Concluindo, Kalecki diz que "uma das funções importantes do fascismo, como tipificado pelo sistema nazista, foi o de remover a objeção capitalista ao pleno emprego". Na medida em que essa tese é apenas uma variação do dilema inerente da classe capitalista – *Et propter vitam vivendi perdere causas*<sup>37</sup> – não se pode fazer objeções a ela. Conforme explicou muito bem Amid Bhaduri<sup>38</sup>, as classes dominantes frequentemente vêm-se às voltas com mudanças que proporcionam lucro a

37 "E pelo amor à vida sacrificar a única finalidade da vida" (Juvenal), citado por Marx in *Neue Oder Zeitung*, 12 de junho de 1855.

38 A. Bhaduri, "A Study in Agricultural Backwardness under Semi-Feudalism", *Economic Journal* 83 (1973), pp. 120-37, e "On the Formation of Usurious Interest Rates in Backward Agriculture", *Cambridge Journal of Economics* 1 (1977), pp. 341-52.

curto prazo mas têm efeitos políticos (e portanto econômicos) adversos a longo prazo. Kalecki não diz se sua análise, além de ser causal, é intencional ou funcional. Ele mostra a relação causal entre o desemprego e os interesses do capital; mas como o último explica o primeiro? Como qualquer historiador sério pode imaginar, é necessária uma grande quantidade de provas detalhadas para que uma explicação intencional seja convincente; daí a forte tentação de se usar o atalho funcionalista.

Muitos marxistas contemporâneos pensam que o Estado tem três funções principais: repressão, legitimação e criação das condições para acumulação. Enquanto os marxistas tradicionais enfatizam a primeira função, seus colegas modernos acentuam a importância da segunda. De fato, a legitimação é vista como "violência simbólica", que nas sociedades modernas é o equivalente funcional da repressão. O Estado exerce sua função legitimadora através de "aparelhos ideológicos" (educação, por exemplo) e pela promoção do bem-estar social. A contribuição do Estado para a acumulação do capital decorre principalmente do fato de ajudar a classe capitalista a superar os interesses particulares dos capitalistas individuais. Na verdade, diz-se às vezes que o Estado representa "o capital em geral" que é (logicamente) mais importante que os vários capitais individuais<sup>39</sup>. Isto se constitui numa violação drástica do dogma do individualismo metodológico aqui defendido. É verdade que muitas vezes há necessidade de uma ação capitalista coordenada; mas a simples necessidade não cria sua própria realização. A ação coletiva necessária pode não se materializar; mesmo se considerada possível e desejável, devido ao problema do *free-rider* [carona], e *a fortiori* se a necessidade e a possibilidade passarem despercebidas. Fracassos na cartelização, na padronização, na coordenação de salários ocorrem o tempo todo na sociedade capitalista. Além disso, mesmo que as ações do Estado sirvam os interesses do capital contra os dos capitalistas individuais, é necessário apresentar evidências de que essa consequência tem poder explicativo, isto é, que existe um mecanismo pelo qual a política do Estado é moldada pelo interesse coletivo da classe capitalista.

<sup>39</sup>R. Rosdolsky, *Zur Entstehungsgeschichte des Marxschen "Kapital"* Europäische Verlagsanstalt, Frankfurt, 1968, pp. 61-71, refere-se aos trechos (especialmente nos *Grundrisse*) em que Marx desenvolve conceito de "capital em geral".

Não é preciso que esse mecanismo seja o projeto intencional<sup>40</sup>; mas *algum* mecanismo precisa ser apresentado para que se possa levar a explicação a sério.

Exemplos de análises marxistas-funcionalistas do Estado abundam na tradição alemã de Altvater, ou francesa, de Poulantzas. Nos Estados Unidos, o melhor representante do funcionalismo marxista é *A Crise Fiscal do Estado*, o influente livro de James O'Connor, do qual cito o seguinte trecho:

"A necessidade de desenvolver e manter uma ordem social 'responsável' também levou à criação de agências e programas destinados a controlar politicamente o excesso populacional e frear a tendência à crise de legitimidade. O governo tenta administrar e burocratizar (encapsular) não apenas os conflitos capital-trabalho do setor monopolizado, mas também conflitos político-sociais que envolvem trabalhadores do setor competitivo e a superpopulação. As agências específicas para regular as relações entre o capital e o trabalho organizado e os trabalhadores não organizados são muitas, e variadas (...) Algumas dessas agências foram criadas primariamente para controlar a superpopulação (por exemplo o Escritório de Serviços para a Família do Ministério da Saúde, Educação e Bem-Estar Social dos Estados Unidos); outras servem para harmonizar o capital e o trabalho no setor monopolista (por exemplo o Escritório de Idosos e de Seguro de Sobreviventes dos Estados Unidos). Em ambos os casos o Estado deve permanecer independente ou 'distante' dos interesses particulares do capital (que são muito diferentes dos interesses politicamente organizados do capital enquanto classe dominante). O problema básico é ganhar a lealdade de massa para assegurar a legitimidade; uma relação entre Estado e capital muito íntima é inaceitável ou inadmissível para uma pessoa comum."<sup>41</sup>

<sup>40</sup> Para um levantamento de alternativas ao projeto intencional, ver P. Van Parijs.

<sup>41</sup> *The Fiscal Crisis of the State*, St. Martin's, 1973, pp. 69-70. Explicações sobre o Estado de Bem-Estar, intimamente relacionadas, são dadas por J.Hirsch in *Staatsapparat und Reproduktion des Kapitals*, Suhrkamp, Frankfurt,

Note-se as três camadas da estrutura implícita dos interesses do capital: (1) o interesse por parte do capitalismo individual em maximizar os lucros de qualquer preço; (2) o interesse da classe capitalista, que pode ser obrigada a restringir a ganância individual; e (3) o interesse do Capital, que pode ter de se dissociar dos interesses de classe visando assegurar a legitimidade. Não é surpresa que *qualquer* ação do Estado possa ser vista através de uma dessas perspectivas. O esquema de O'Connors sugere os seguintes princípios metodológicos: se os interesses brutos de classe não são explicativos, então – e somente então – deve-se invocar interesses de classe sutis. Dessa maneira o marxismo torna-se invulnerável à refutação empírica e anula seu interesse científico.

Obviamente se necessita de uma abordagem alternativa<sup>42</sup>. Tendo expressado meu ponto de vista em outro trabalho, apresentarei aqui apenas um breve resumo. (1) Existem três tipos principais de explicação científica: a *causal*, a *funcionalista* e a *intencional*. (2) Todas as ciências usam a análise causal. As ciências físicas usam exclusivamente as análises causais. (3) As ciências biológicas usam também análises funcionalistas quando explicam a estrutura ou o comportamento dos organismos através dos benefícios para reprodução. Esse procedimento é justificado pela teoria da seleção natural, segundo a qual tais efeitos benéficos tendem a manter suas próprias causas. Por outro lado, em biologia a análise intencional não se justifica – porque a seleção natural é basicamente míope, oportunista e impaciente, em oposição à capacidade para ação paciente e estratégica inerente aos atores intencionais. (4) As ciências sociais usam extensamente a análise intencional, no nível das ações individuais. A análise funcionalista, entretanto, não tem lugar nas ciências sociais porque não existe analogia sociológica à teoria da seleção natural. (5) O paradigma adequado para as ciências sociais é uma explicação causal-intencional mista – *compreensão intencional* das ações individuais e *explicação causal* de suas *interações*. (6) Os indivíduos também interagem intencionalmente. E é aqui – no estudo das interações intencionais entre indivíduos intencionais – que entra a teoria

1974, p. 54 e N. Poulantzas, *Pouvoir Politique et Classes Sociales*, Maspero, Paris, 1968, p. 310.

<sup>42</sup>Van Parijs, *passim*; também *Ulysses and the Sirens*, cap. 1.

dos jogos. A necessidade da teoria dos jogos surge à medida que os atores individuais cessam de ver os outros como obstáculos dados para suas ações e começam a considerá-los como seres intencionais. Na racionalidade paramétrica, cada um se considera uma variável e todos os outros são constantes, ao passo que na racionalidade estratégica todos vêem a todos os demais como variáveis. A essência do pensamento estratégico é que ninguém pode se considerar privilegiado em comparação aos outros: cada qual deve decidir pressupondo que os outros são tão racionais quanto ele próprio.

### USOS DA TEORIA DOS JOGOS NA ANÁLISE MARXISTA

As premissas básicas da teoria da escolha racional<sup>43</sup> são: (1) que as restrições estruturais não determinam completamente as ações praticadas por indivíduos em uma sociedade e (2) que dentro do espectro de ações factíveis e compatíveis com aquelas restrições, os indivíduos escolhem as que eles acreditam lhe trarão os melhores resultados. Se a primeira premissa é negada, sobra-nos uma variedade de estruturalismo – de cujo raciocínio encontramos elementos em Marx, e que é desenvolvido ao máximo no estruturalismo francês. Embora seja verdade que ocasionalmente o leque de opções factíveis possa resumir-se a um único ponto, não se pode defender uma teoria geral nesse sentido, a não ser pela distorção ptolomaica de incluir as preferências e ideologias entre as restrições. É verdade que a classe dominante freqüentemente manipula as restrições a serem enfrentadas pelas classes subalternas, de maneira a deixá-las sem escolha. Entretanto sua própria manipulação pressupõe a existência de alternativas para as classes dominantes. Se a segunda premissa é negada, sobra-nos uma variedade da teoria dos papéis sociais, segundo a qual os indivíduos se comportam de determinada maneira porque foram socializados para tal, e não porque buscam alcançar algum objetivo: causalidade *versus* intencionalidade. Contra essa hipótese eu diria que através de sua socialização as pessoas adquirem, não tendências quase

<sup>43</sup>Para uma análise padrão, ver R.D.Luce e H.Raiffa, *Games and Decisions*, Wiley, 1957. Alguns problemas não usuais são levantados em *Ulysses and the Sirens*, especialmente no cap. 3.

compulsivas a agir de uma certa maneira, mas estruturas de preferências – que conjuntamente com o espectro de ações factíveis – faz com que algumas ações específicas sejam escolhidas. Se a teoria dos papéis fosse correta, seria impossível induzir mudança de comportamento através da alteração do espectro de ações factíveis (por exemplo a estrutura de ganhos); contudo, tal manipulação é claramente um fato onipresente da vida social<sup>44</sup>.

A teoria dos jogos é um ramo recente e cada vez mais importante da teoria da escolha racional, enfatizando a *interdependência das decisões*. A teoria dos jogos nada teria a oferecer ao marxismo se toda a violência fosse estrutural; se os interesses de classe fossem puramente objetivos e se os conflitos se resumissem a interesses de classe incompatíveis. Mas, porque as classes se cristalizam em atores coletivos que se confrontam uns aos outros pela distribuição de renda e de poder, bem como devido à natureza das relações de propriedade, e como também existem relações estratégicas entre membros de uma dada classe, a teoria dos jogos é necessária para explicar essas complexas interdependências. Em um “jogo” existem vários jogadores ou atores. Cada jogador deve adotar uma ação ou uma estratégia. Quando todos os jogadores tiverem escolhido suas estratégias cada um obtém ganhos que dependem das estratégias escolhidas por ele e pelos outros. *O ganho de cada um depende da escolha de todos*. A noção de ganho pode ser entendida de forma estrita ou abrangente. De forma estrita, ele é o benefício material recebido por cada ator. Em uma interpretação mais ampla, ele cobre tudo que tenha valor para o ator em cada situação, inclusive (possivelmente) os ganhos de outros atores. *O ganho de cada um depende do ganho de todos*<sup>45</sup>. Pressupõe-se que os

<sup>44</sup> Para uma elaboração da minha crítica do estruturalismo e teoria dos papéis, ver cap. III.1 e III.6 de *Ulysses and the Sirens*.

<sup>45</sup> Isto poderia ser parte do que Marx queria dizer com sua afirmação no *Manifesto Comunista*: “No lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classe, teremos uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um seja a condição para o livre desenvolvimento de todos”. (Outra leitura possível está indicada na próxima nota.) Se “cada um” e “todos” são transpostos neste trecho, obtém-se uma expressão mais adequada. A compreensão precisa da antropologia filosófica por trás dessa frase pressupõe a idéia de que mesmo para o indivíduo, o livre desenvolvimento de todas as faculdades é a condição para o livre desenvolvimento de cada faculdade (*The German Ideology*, in Marx and Engels, *Collected Works*, Lawrence and Wishart, 1976, 5, p. 262). A pessoa

atores se esforcem para maximizar seu ganho é para alcançar uma determinada situação que preferem a todas as demais. Quando um ator escolhe uma estratégia ele deve levar em conta o que farão os outros. Uma estratégia que seja ótima contra uma série de estratégias alheias pode não ser necessariamente a melhor contra uma outra série de estratégias. Portanto para chegar à sua decisão o jogador deve *prever as decisões dos outros*, sabendo que eles estarão tentando prever a sua. *A escolha de cada um depende da escolha de todos*. O triunfo da teoria dos jogos é a sua capacidade de englobar simultaneamente as três séries de interdependências citadas em itálico<sup>46</sup>. Nada mais distante da verdade, portanto, do que alegar que a teoria dos jogos retrata o indivíduo como um átomo isolado egoísta.

Um elemento essencial da situação é a *informação* que os atores possuem uns sobre os outros. Em jogos com informação perfeita, cada indivíduo possui informações completas sobre todos os aspectos relevantes da situação, incluindo os recursos dos outros atores, suas preferências, suas informações e a estrutura de recompensas que mapeia uma série de estratégias individuais relacionadas a resultados. A condição de informação perfeita somente ocorre em grupos pequenos e estáveis ou em grupos com instância coordenadora. A noção de um *ponto de equilíbrio* também é crucial: um conjunto de estratégias em que a estratégia de cada ator é ótima *vis-à-vis* às dos outros. Graças a esta noção, a teoria dos jogos evita a regressão infinita “eu penso que ele pensa que eu penso...”, que impediu as tentativas anteriores de se compreender a lógica da interdependência. A noção de *solução* pode ser definida através da noção de ponto de equilíbrio. Informalmente, a solução de jogo é o conjunto de estratégias para o qual convergem tacitamente os atores racionais com informação perfeita. Se existir apenas um ponto de equilíbrio ele

livremente desenvolvida é tanto uma totalidade de faculdades livremente desenvolvidas quanto parte de uma totalidade de pessoas livremente desenvolvidas. Hipertrofia é atrofia, no indivíduo e na sociedade.

<sup>46</sup>Um quarto tipo de independência está fora do âmbito da teoria dos jogos. Pode ser resumida pela proposição *as preferências de cada um dependem das ações de todos*, pela socialização ou por mecanismos mais odiosos como o conformismo, “as uvas estão verdes” etc. A teoria dos jogos aceita as preferências como dados e nada tem a dizer sobre a formação das preferências. A transformação do Dilema do Prisioneiro no Jogo da Garantia (veja abaixo) deve ser explicada pela psicologia social, não pela teoria dos jogos. Podemos intencionalmente explicar o comportamento em termos de preferências, mas elas devem por sua vez ser explicadas causalmente.

emergirá automaticamente como solução; é o único resultado estável, no sentido de que ninguém ganhará através da deserção. Se existirem vários pontos de equilíbrio possíveis, a solução será a coletivamente considerada ótima, ou seja, o ponto de equilíbrio escolhido por todos, em detrimento dos demais pontos possíveis. Nesse sentido, nem todos os jogos têm solução.

Uma sucinta tipologia de jogos pode ser útil. A distinção básica é entre jogos de *duas* pessoas e jogos de *n* pessoas, ambos importantes para o marxismo. A luta entre capital e trabalho é um jogo de duas pessoas; a luta entre membros da classe capitalista é um jogo de *n* pessoas. Muitas vezes, jogos complexos de *n* pessoas podem ser reduzidos, sem muita perda de generalidade, a jogos de duas pessoas, mais simples, como jogos entre "eu" e o "resto"<sup>47</sup>. Os jogos mais simples de duas pessoas são jogos de soma zero, no qual o ganho de um é exatamente a perda do outro. Esta é a única categoria de jogos que sempre tem solução. A inovação conceitual que permitiu testar essa proposição foi a introdução das *estratégias mistas*, isto é, a escolha de uma estratégia de acordo com uma distribuição (ótima) de probabilidades. Por exemplo, no pôquer, o jogador pode decidir blefar em 50% das mãos; essa estratégia é implementada pelo resultado do lançamento de uma moeda a cada mão. Aqui o adversário pode calcular quantas vezes o jogador de pôquer blefará, mas não saberá se ele está blefando em determinada mão. Em jogos de soma variável, não apenas a distribuição do ganho, mas também o total a ser distribuído depende das estratégias escolhidas. Esses jogos podem ser subdivididos em jogos de cooperação e jogos mistos de cooperação e conflito (enquanto que jogos de soma zero são jogos de conflito puro). Nem todos os jogos de soma variável têm solução no sentido acima indicado. Eles podem, no entanto, ter solução se passarmos de jogos não-cooperativos para jogos cooperativos. Em jogos cooperativos – não confundir com jogos de cooperação pura (não-cooperativos) – a escolha das estratégias é conjunta e não individual. Os atores podem

<sup>47</sup> Para as versões de *n* pessoas de alguns jogos aqui discutidos ver A.Sen, "Isolation, Assurance and the Social Rate of Discounts", *Quarterly Journal of Economics* 90 (1967), pp. 112-24. Para estudos sobre preferências heterogêneas em jogos de *n* pessoas, ver o brilhante arcabouço analítico desenvolvido por T.S. Schelling, *Micromotives and Macrobehavior*, Norton, 1978.

coordenar suas escolhas de modo a evitar algumas combinações desastrosas de estratégias individuais. Se a escolha é entre guiar à esquerda ou à direita da rua, os atores podem concordar em lançar uma moeda para decidir de que lado ambos guiarão – uma *estratégia mista conjunta*. Se a moeda for lançada individualmente, as chances de eles acabarem em rota de colisão é de 50%.

A importância da abordagem cooperativa na teoria dos jogos é contestada porque parece incorrer em petição de princípio\* ao pressupor que os acordos de cooperação serão forçosamente cumpridos. Geralmente no individualismo metodológico os jogos não-cooperativos são anteriores aos jogos cooperativos. Pressupor que os atores chegarão a uma solução cooperativa é como pressupor que uma necessidade funcional criará sua própria realização. Por essa razão, e também porque existem tantos conceitos de solução para jogos cooperativos, deve-se avançar cuidadosamente ao se explicar a emergência do comportamento cooperativo em termos de jogos cooperativos. Usado de maneira adequada, entretanto, o método pode apresentar resultados importantes e de qualquer forma é fértil em análises normativas<sup>48</sup>. O conceito de “núcleo” é o conceito de solução mais simples para tais jogos – o conjunto de todas as distribuições de ganhos, nas quais nenhuma coligação de indivíduos poderá aumentar sua parte através do rompimento e da ação por conta própria. Novamente a ação cooperativa incorre em petição de princípio ao pressupor que as coligações podem ser formadas e mantidas sempre que necessário. E, novamente, essa é uma objeção mais pertinente ao uso analítico explicativo do que ao uso normativo da teoria.

Passando da exposição para a aplicação discutirei em seguida a lógica da solidariedade e cooperação no interior das classes, os problemas das alianças entre trabalhadores e capitalistas e alguns aspectos estáticos e dinâmicos da luta de

\* Paralogismo que consiste em apoiar-se uma demonstração sobre a tese que se pretende demonstrar (N.T.).

<sup>48</sup>A análise mais geral, que permite coalizões superpostas, é de J. Harsanyi, *Rational Behavior and Bargaining Equilibrium in Games and Social Situations*, Cambridge University Press, 1977. A teoria econômica do núcleo torna-se facilmente acessível com W. Hildebrand e A.P. Kirman, *Introduction to Equilibrium Theory*, North-Holland, Amsterdã, 1976. Aplicações no campo da ética incluem John Roemer, no prelo pela Harvard University Press e Roger Hove e John Roemer, “Rawlsian Justice as the Core of a Game, no prelo pela *American Economic Review*.

classes. Todas essas aplicações pressupõem que abandonemos algumas noções (se é que elas jamais existiram) como a de capitalismo de competição perfeita, capital desorganizado e trabalho desorganizado. A distribuição de renda que ocorreria sob competição perfeita pode servir como base de comparação para as distribuições resultantes do comportamento organizado e estratégico de uma ou ambas as classes. A questão de se saber se as classes se comportam dessa forma é em si mesma uma questão a ser decidida pelos analistas da teoria dos jogos. Defino consciência de classe a capacidade de uma classe se comportar como ator coletivo. Operacionalmente, significa a capacidade de resolver o problema do *free-rider*. Esse problema ocorre tanto na classe capitalista quanto na classe trabalhadora. Como Mancur Olson bem explica<sup>49</sup>, cada trabalhador é tentado pela perspectiva de um *free-rider*, isto é, de se beneficiar das greves desencadeadas por outros trabalhadores, sem participar ele mesmo da ação. De maneira semelhante, os capitalistas enfrentam a mesma dificuldade em relação à cartelização, política salarial etc. Algumas distinções devem ser feitas, no entanto, se quisermos, ultrapassando essas generalidades, ir ao cerne da questão. Parto do pressuposto de que cada ator dentro de uma classe possa escolher entre uma *estratégia solidária* (S) e uma *estratégia egoísta* (E). No jogo artificial de duas pessoas entre “eu” e o “resto”, pode-se distinguir quatro possibilidades:

- A. Cooperação universal: todos usam S.
- B. Egoísmo universal: todos usam E.
- C. *Free-rider*: “eu” uso E, o “resto” usa S.
- D. *Sucker* [“trouxa”]: “eu” uso S, o “resto” usa E.

Cada indivíduo na sociedade ordenará esses resultados de acordo com uma ordem particular, consoante com o que ele – na função de “eu” – preferir. Existem vinte e quatro ordens possíveis a partir dessas alternativas, excluindo as repetições<sup>50</sup>. Se

<sup>49</sup> *The Logic of Collective Action*, Harvard University Press, 1965, cap. 4.

<sup>50</sup> Para uma tipologia mais detalhada, ver A. Rapoport, M.J. Guyer and D.G. Gordon, *The 2 X 2 Game*, University of Michigan Press, 1976. Para outras discussões acerca das relações entre estruturas de preferências aqui analisadas, ver S.C. Kolm, “Altruismes et Efficacités”, *Social Science Information* 20 (1981), pp. 293-344; e R. van der Veen, “Meta-Rankings and Collective Optimality”, *Social Science Information* 20 (1981), pp. 345-74

desconsiderarmos todos os que ordenarem B antes de A, como nos permite a própria natureza da questão em discussão, sobrarão doze casos. Se excluirmos os casos “masoquistas” que ordenaram D antes de A, restarão oito alternativas. Limitar-me-ei aos quatro casos que ocupam lugar central na literatura sobre ação coletiva. Também me limitarei à hipótese de que cada “eu” vê a situação da mesma maneira. Embora nas situações reais os casos mistos sejam a regra, a pressuposição de homogeneidade facilita a análise<sup>51</sup>.

O primeiro caso é o sobejamente conhecido Dilema do Prisioneiro, definido pela ordenação CABD e que apresenta as seguintes características: (1) A estratégia E é dominante, isto é, para cada ator é a melhor alternativa independentemente da escolha dos outros. Aqui, portanto, não precisaremos impor nenhuma condição rigorosa de informação para que a solução se dê. Neste caso também não é verdade que “a escolha de cada um depende da escolha de todos”. Portanto, é na verdade um jogo bastante trivial. (2) A solução do jogo é o egoísmo universal, que todos ordenam abaixo da cooperação universal. A racionalidade individual conduz ao desastre coletivo. (3) A cooperação universal não é individualmente estável nem acessível: todos darão o primeiro passo para dela se afastar e ninguém dará o primeiro passo para dela se aproximar. Podemos aplicá-la ao problema dos trabalhadores. Para o indivíduo não há por que acompanhar seus companheiros na greve, pois permanecendo no trabalho ele também se beneficia da ação deles, além de ser (bem) pago durante a greve. Se seus companheiros não entrarem em greve ele nada tem a ganhar e muito a perder através de uma ação unilateral.

Existe uma “saída” para o Dilema do Prisioneiro? Podem os indivíduos que se encontram nessa situação resolver o dilema e comportar-se cooperativamente? Não há consenso na extensa literatura sobre isso; creio no entanto que, no contexto presente, duas abordagens apresentam-se como as mais promissoras. No caso da cooperação na classe trabalhadora, a explicação mais plausível é a mudança na estrutura de preferências. Os trabalhadores tornam-se ao mesmo tempo informados e preocupados uns com os outros através da

<sup>51</sup>Para uma breve discussão de alguns casos mistos, ver minha “Introdução” aos artigos de Kolm e van der Veen mencionados na nota precedente. Ver também Schelling.

interação contínua. A preocupação com os outros altera a ordenação das alternativas; e a informação sobre os outros permite que os autores percebam a solução do jogo que se segue, que é o "Jogo da Garantia" (*Assurance Game*), definido pelo ordenamento ABCD e apresentando as seguintes características. (1) Não existe estratégia dominante neste jogo. Egoísmo é "minha" melhor resposta ao egoísmo. Solidariedade é a melhor resposta à solidariedade. (2) O ótimo da cooperação universal é individualmente estável embora não seja individualmente acessível. (3) Portanto, tanto o egoísmo universal quanto a cooperação universal são ambos pontos de equilíbrio no jogo. Como todos preferem a cooperação universal em detrimento do egoísmo universal, aquela surge como a solução do jogo. (4) Como não existe estratégia dominante, a solução somente é percebida se houver informação completa. Informação incompleta – sobre preferências ou sobre informações – facilmente geram incerteza, suspeita, e comportamento cauteloso. Amartya Sen comenta que a *Crítica ao Programa de Gotha* de Marx pode ser interpretada nos termos do Jogo da Garantia<sup>52</sup>. A solidariedade pode substituir os incentivos materiais. Eu tendo a acreditar que, no geral, a solidariedade e ação coletiva da classe trabalhadora pode ser entendida nestes termos, embora mais adiante indique uma explicação alternativa.

Embora o Dilema do Prisioneiro e o Jogo da Garantia difiram profundamente em suas estruturas, o comportamento, em casos de informação incompleta, pode ocorrer *como se* as preferências configurassem o Dilema do Prisioneiro quando na verdade eles formam um Jogo da Garantia. Na evasão fiscal ou na sub-utilização do transporte público, por exemplo, o resultado observado pode ser devido à falta de informação e não ao egoísmo *free-rider*. Da mesma forma deve-se distinguir as preferências do Jogo da Garantia daqueles do Imperativo Categórico, embora comportamentalmente eles possam ser indistinguíveis. O Imperativo Categórico definido pela ordenação ADBC, sendo a solidariedade a estratégia dominante. Na minha opinião, a história da classe trabalhadora mostra que o comportamento cooperativo é tipicamente condicional e não incondicional: ele é motivado mais pela preocupação de realizar sua parte na tarefa comum do que pelo espírito de sacrifício ou

<sup>52</sup>A. Sen, *On Economic Inequality*, Oxford University Press, 1973, cap. 4.

descaso pelas conseqüências reais, características do Imperativo Categórico. De fato, atos individuais heróicos de revolta ou desobediência provocam, às vezes, mais danos do que benefícios, se os outros não se dispõem a seguir o exemplo, porque tais atos proporcionam às autoridades ou aos patrões o pretexto de que precisam para se endurecer ainda mais com os trabalhadores. Ao meu ver isto mostra que a ética individualista de Kant não é adequada para a ação coletiva<sup>53</sup>.

O Jogo da Garantia também proporciona uma interpretação da noção de *significado comum*, de Charles Taylor, destinada a elucidar o significado do consenso. Taylor afirma, na sua polêmica contra o individualismo metodológico, que existem duas formas de significado que são irredutivelmente não subjetivas: os significados intersubjetivos e os significados comuns. Os significados intersubjetivos são, *grosso modo*, regras de comportamento social cuja negação não pode ser generalizada sem contradição. Dessa forma, as promessas devem ser mantidas porque a noção de uma sociedade em que promessas nunca são cumpridas é logicamente contraditória. Os significados comuns ilustram o Jogo da Garantia. Taylor diferencia o significado comum dos significados subjetivos compartilhados dizendo que "o que é necessário para o significado comum é que esse valor compartilhado seja parte de um mundo comum, *que esse próprio compartilhamento seja partilhado*"<sup>54</sup>. A frase que transcrevi em itálico equivale à condição de informação completa. Para que o consenso seja uma força viva, é necessário que se saiba que ele existe. Cada um age de maneira solidária porque sabe que os

<sup>53</sup>O fato é que atuar unilateralmente no Imperativo Categórico pode ser completamente antiético. Um exemplo notável pode ser o desarmamento unilateral, se a situação é tal que outros países se apressarão em preencher o vazio de poder. Ao invés de agir de maneira que levaria a bons resultados se todos os demais seguissem o exemplo, deve-se promover o bem a partir de pressuposições realistas do que os outros farão. Um pouco de moral, assim como um pouco de racionalidade, pode ser uma coisa perigosa. Existe espaço e necessidade para "a teoria moral do *second best*" correspondente à teoria econômica do *second best*, a qual mostra que, se de *n* condições para a melhor situação econômica possível, uma delas não é cumprida, a situação mais favorável será mais proximamente alcançada se condições adicionais forem violadas. (R.G. Lippert e K. Lancaster, "The Economic of the Second Best", *Review of Economics Studies*, XXIV (1957-8), pp. 133-62.

<sup>54</sup>C. Taylor, "Interpretation and the Sciences of Man", *Review of Metaphysics* 25 (1971), p. 31.

outros também agirão solidariamente. Essa visão do consenso nos permite refutar a seguinte alegação de Taylor:

“Os significados comuns assim como os significados intersubjetivos escapam por entre as malhas do pensamento dominante nas ciências sociais. Não encontram lugar em suas categorias, pois não são simplesmente um conjunto convergente de reações subjetivas, mas parte do mundo comum. O que falta à antologia do pensamento dominante nas ciências sociais é a noção de significado, não apenas para um sujeito individual, mas para um sujeito que possa ser 'nós' bem como 'eu'<sup>55</sup>.”

A teoria dos jogos proporciona aquilo que Taylor afirma estar faltando: a noção de um sujeito que possa ser “nós” bem como “eu”. Através da interdependência tripla que a teoria dos jogos analisa – entre ganhos, entre escolhas, e entre ganhos e escolhas – o indivíduo surge como um microcosmo que representa em miniatura toda a rede de relações sociais. Uma desmistificação semelhante torna compreensível a noção de “grupo” de Sartre, embora ele assevere que ela não pode ser transmitida na linguagem “neo-positivista” da “razão analítica”<sup>56</sup>.

Arthur Stinchcombe analisa o relato de Trotsky sobre a revolução de outubro em termos que se adequam a essa análise da solidariedade. A idéia chave na explicação de Stinchcombe é o esfacelamento da autoridade na situação pré-revolucionária. A velha autoridade entra em colapso quando a nova ordem social torna-se pensável, isto é, torna-se uma possibilidade real. A “revolução cresce pela exploração dessas possibilidades e pela transmissão do conhecimento das possibilidades aos que poderiam apoiá-la, ‘desde que soubessem que eles eram realmente bolcheviques’”<sup>57</sup>. Quando especialmente os trabalhadores e os soldados acreditam que a mudança é possível, a mudança torna-se possível:

<sup>55</sup> *Ibid*, pp. 31-32.

<sup>56</sup> J.-P. Sartre, *Critique de la Raison Dialectique*, Gallimard, Paris, 1960, pp. 417, 404 e ss.

<sup>57</sup> A. Stinchcombe, *Theoretical Methods in Social History*, Academic Press, 1978, p. 54.

“A inconstância das massas durante uma revolução pode ter, dessa maneira, uma interpretação completamente diferente. O sarcasmo de Trotsky sobre o espontaneísmo como explicação dos movimentos é essencialmente uma asserção de que as explicações das massas sobre por que fazem o que fazem serão razoáveis, mas que a razoabilidade será baseada nas suas estimativas das probabilidades de que (a) essa instituição ou autoridade buscará meus objetivos; ou (b) essa instituição ou autoridade é a melhor que poderei encontrar, ou porque não há outras alternativas ou porque as alternativas estão nas mãos dos inimigos. E são essas probabilidades que flutuam amplamente durante uma revolução, mas são razoavelmente estáveis durante tempos de quiescência governamental<sup>58</sup>.

As revoluções são bem-sucedidas quando essas probabilidades deixam de variar de maneira imprevisível e formam novos padrões estáveis devido a que a incerteza, a suspeita e o espírito defensivo deixam de ser predominantes. A condição essencial para a ação coletiva bem-sucedida é a coordenação tácita que se torna possível quando as pessoas confiam umas nas outras. O papel do dirigente revolucionário é mais o de fornecer as informações que tornam possível essa coordenação tácita, que o de constituir-se em centro de comando e autoridade. Essa visão é uma alternativa à teoria leninista da liderança revolucionária. Mancur Olson<sup>59</sup>, acompanhando Lênin, parte do pressuposto de que as únicas estruturas motivacionais possíveis são o egoísmo do *free-rider* tal como aparece no Dilema do Prisioneiro, e o altruísmo incondicional do Imperativo Categórico. Rejeitando, corretamente, esse último comportamento como *wishful thinking*, e observando que o primeiro nunca pode gerar uma ação coletiva, Olson conclui que greves e revoluções só podem ser produzidas de cima para baixo, através de uma disciplina que raia em coerção. Mas o altruísmo condicional do Jogo da Garantia é também uma estrutura motivacional possível, que pode levar à ação coletiva por via da coordenação tácita com base em informações fornecidas pelos dirigentes.

<sup>58</sup>*Ibid*, p. 41.

<sup>59</sup>Olson, p. 106.

O problema da solidariedade da classe capitalista requer outros instrumentos de análise. Não se pode presumir que a interação entre capitalistas leve-os a preocupar-se uns com os outros e a mudar sua motivação. Tampouco se pode presumir que a estrutura do seu problema de coordenação seja invariavelmente a do Dilema do Prisioneiro. Quanto a esse último ponto, podemos voltar à questão das invenções poupadoras de mão-de-obra, que ilustra a seqüência CADB<sup>60</sup>. Esse jogo apresenta a característica paradoxal de que o ótimo é individualmente acessível, mas não individualmente estável. Quando todos escolhem E, interessa a cada ator escolher S; mas quando todos usam S, é do interesse de cada um mudar para E. Na verdade, o jogo não tem solução. Se nenhum outro capitalista busca inovações poupadoras de mão-de-obra, os salários devem subir. Isso torna racional, para o capitalista individual, contrapor-se à elevação dos salários mediante redução da força de trabalho. Mas se todos fazem a mesma coisa, o capitalista individual perde o incentivo para fazê-lo. É claro que essa contradição pressiona no sentido de uma ação pactuada<sup>61</sup>, que pode ou não se realizar.

Parti do pressuposto de que para os capitalistas individuais há custos de invenções poupadoras de mão-de-obra que se distinguem dos custos associados às invenções em geral. Se abandonarmos esse pressuposto, a estrutura de interação resultante toma a seguinte forma. Cada capitalista é indiferente entre A e C, mas prefere ambos à B e D, entre os quais também não têm preferência. Essa situação é crucial para o exercício de liderança. A tarefa dos dirigentes empresariais será a de convencer os empresários individuais a agir de maneira tal que, embora do ponto de vista de cada um deles sua ação não traga nem ganhos nem benefícios, ela trará benefícios coletivos caso seja adotada por todos. A liderança, portanto, consiste em utilizar a "zona de indiferença" dos indivíduos<sup>62</sup>.

Esses problemas não são discutidos na literatura. Em contraste, há muitas discussões do Dilema do Prisioneiro para o

<sup>60</sup>Para detalhes deste jogo (frequentemente chamado "*Chicken*", baseado em ritual bastante conhecido da cultura juvenil americana) ver A. Rapoport, *Two Person Game Theory*, University of Michigan Press, 1966, p. 140 e ss.

<sup>61</sup>Luce e Raiffa, p. 107.

<sup>62</sup>Agradeço a Ulf Torgessen por essa observação. Ver também A. Stinchcombe, *Constructing Social Theories*, Harcourt, Brace and World, 1968, p. 157, para uma discussão e algumas referências adicionais.

capitalista, sobretudo no contexto da cartelização. Para cada empresa a melhor opção é uma grande produção aos altos preços possibilitados pelas restrições do cartel à própria produção; mas é claro que esse comportamento de *free-rider* romperá o cartel ou, se antecipado, impedirá a sua formação. Contudo, os cartéis se formam, e não se desfazem imediatamente. Com freqüência, isso ocorre devido à assimetria entre as empresas. Uma empresa de grande porte será fortemente motivada a adotar a política do cartel mesmo que as outras não a sigam, porque tem maior capacidade de apropriar-se dos lucros<sup>63</sup>. Além disso, a grande empresa tem poder econômico suficiente para aplicar retaliações às empresas recalcitrantes. Mas mesmo em mercados competitivos, em que operam muitas empresas idênticas, a cartelização pode ocorrer através de ações voluntárias e egoístas. Isso pode ser explicado pela teoria dos “superjogos”, ou Dilemas do Prisioneiro reiterados<sup>64</sup>. Quando os mesmos atores jogam o Dilema do Prisioneiro muitas vezes, a possibilidade de retaliações contra o *free-rider* pode tornar racional a ação cooperativa. É fácil perceber que isso somente ocorrerá se o número de reiterações for indefinido. Se os atores souberem quando o jogo vai terminar, não haverá razão para cooperarem no último jogo, porquanto não poderá haver retaliações depois que eles pararem de jogar. Mas isso significa que para fins de decisão o penúltimo jogo pode ser tratado como o último, e a ele, portanto, o mesmo raciocínio se aplica. Assim, o argumento retroage ao primeiro jogo. Segundo John Bowman, é isso que explica o fracasso do *National Recovery Act* de Roosevelt: “A cooperação voluntária no Dilema do Prisioneiro é possível apenas quando o superjogo tem duração indefinida. O N.R.A. tinha uma data de encerramento. Assim, era do interesse de cada um dos cooperadores condicionais romper as regras do jogo antes que seus competidores o fizessem”.<sup>65</sup>

<sup>63</sup>Olson, pp. 29-30.

<sup>64</sup>Para a teoria geral dos superjogos, ver M. Taylor, *Anarchy and Cooperation*, Wiley, 1976. Para aplicação em competição e cooperação entre empresas, ver M. Friedman, *Oligopoly and the Theory of Games*, North-Holland, Amsterdã, 1977.

<sup>65</sup>“New Deal, Old Games: Competition and Collective Action among American Capitalistas 1925-1934”, (manuscrito não publicado, Universidade de Chicago, Departamento de Ciência Política, 1979).

Explicações em termos de superjogo podem aplicar-se também à cooperação operária, embora não sejam tão plausíveis nesse caso. Qualquer pessoa familiarizada com a história da classe operária concordará em que solidariedade não se confunde com o mero egoísmo inteligente de longo prazo. Operacionalmente, a questão pode ser decidida mediante o exame de situações em que a interação entre os operários tinha, sabidamente, prazo fixo, como no *National Recovery Act*; pode-se investigar se essa circunstância teve, nesses casos, efeitos debilitadores da cooperação e da solidariedade. Para que a solidariedade entre os operários ocorra, é indispensável que eles interajam entre si por algum tempo, porque de outra maneira a preocupação e o conhecimento recíprocos não poderão desenvolver-se. Mas se meu raciocínio é correto, não há razão para acreditar que a solidariedade requeira uma cooperação de prazo indefinido. Como argumentei em outro trabalho, no capitalismo perfeitamente competitivo os operários são duplamente alienados: dos meios de produção e dos produtos do seu trabalho<sup>66</sup>. A alienação dos meios de produção surge da alienação dos operários de sua própria história, isto é, das gerações passadas de operários que produziram os meios de produção em uso. A alienação do produto surge da alienação com respeito à classe à qual eles pertencem; isso permite que o capitalista trate cada trabalhador como "trabalhador marginal" no sentido econômico do termo, e pague cada trabalhador segundo a produtividade marginal. Para desenvolver a consciência de classe, que vai além das demandas salariais, e romper radicalmente com as relações capitalistas, os operários devem necessariamente superar aquela dupla alienação, apropriando-se da sua própria história e agindo coletivamente enquanto classe.

O que acontece se os operários superam a alienação de sua classe mas não de sua história, isto é, se eles superam a "ilusão marginalista" mas não a "ilusão presentista"? Essa liberação parcial é característica das sociedades capitalistas social-democratas modernas, nas quais as organizações operárias negociam com as organizações patronais a respeito da divisão do produto líquido. O pressuposto básico dessa negociação é o de que o capital, como "fator de produção", tal como o trabalho tem direito a remuneração; por essa razão, o que está em questão

<sup>66</sup>"The Labour Theory of Value", *Marxist Perspectives* 3 (1978), pp. 70-101.

nesse conflito de classes é o *tamanbo* da parte do capital, e não a sua existência mesma. Torne-se o caso mais simples, em que se deixa de lado a questão do reinvestimento de lucros. Nessa situação puramente estática, os operários não se colocam a questão de saber que uso se faz da mais-valia extraída deles. Se pudessem apropriar-se da totalidade do produto líquido e gastá-lo imediatamente, eles o fariam. Mas eles não podem. O problema, portanto, consiste em dividir um produto conjunto entre os produtores. Claramente, trata-se de um jogo misto de cooperação e conflito, no qual as estratégias determinam tanto o produto total como a sua divisão. Os dois lados podem fazer uso de recursos de pressão – de greves ou *lockouts* – que são, tipicamente, facas de dois gumes: eles aumentam a probabilidade de obter uma grande fatiã do bolo, mas ao mesmo tempo reduzem o bolo. Nessa negociação, cada lado tem um limite inferior, abaixo do qual não podem cair, como sejam a subsistência dos trabalhadores e um lucro mínimo para os capitalistas. A soma desses limites é inferior ao total a ser repartido. Em outras palavras, há um conjunto de divisões do bolo compatíveis com os mínimos inegociáveis; a negociação diz respeito aos valores superiores a esses mínimos.

Não há possibilidade de que as duas partes convirjam tacitamente para demandas de lado a lado que, somadas, correspondam exatamente ao produto total. O jogo não tem solução não-cooperativa. Além de considerações de racionalidade, portanto, outros fatores devem decidir a disputa. A teoria da negociação trata desse problema. O pressuposto geral é o de que os atores formulam hipóteses psicológicas uns sobre os outros, mesmo que essas hipóteses não possam ser racionalmente justificadas. De acordo com certos modelos de negociação, cada ator supõe, a cada estágio do processo, que está um passo adiante do oponente<sup>67</sup>. A incompatibilidade recíproca dessas crenças, contudo, não impede necessariamente que a seqüência de demandas e contra-demandas convirja para um acordo sobre a divisão do produto, que é o resultado da negociação.

Entre as diversas modalidades da teoria de negociação<sup>68</sup>, há uma que tem merecido especial atenção e é

<sup>67</sup>A. Coddington, *Theories of the Bargaining Process*, Allen and Unwim, 1968, p. 58 e ss.

<sup>68</sup>Para levantamento sobre a questão, ver Coddington e os artigos coligidos in *Bargaining*, ed. O. Young, University of Illinois Press, 1975.

muito interessante do ponto de vista metodológico. Trata-se da teoria de Zeuthen-Nash, que deve seu nome a autores que dela apresentaram versões radicalmente distintas, embora, como Harsanyi demonstrou depois, sejam matematicamente equivalentes<sup>69</sup>. A versão de Nash propõe um método axiomático para determinar o resultado normativamente justificado de jogos cooperativos de duas pessoas; a versão de Zeuthen propõe um método pelo qual, passo a passo, através de demandas e contra-demandas, chega-se a um único resultado determinado. Dado que ambas conduzem ao mesmo resultado, é possível utilizar a teoria dos jogos cooperativos sem entrar em choque com o individualismo metodológico. Ou seja, não *presumimos* simplesmente que o resultado cooperativo é atingido porque há *necessidade* dele; antes, mostraremos o *mecanismo causal pelo qual ele é atingido*. A solução de Nash é determinada pelo pressuposto de que certas condições são preenchidas. Primeiro, a de que é indiferente do ponto de vista do resultado que os ganhos sejam medidos por referência a essa ou aquela escala particular de utilidade, entre as muitas escalas que são transformações lineares umas das outras. Para compreender essa última proposição, basta indicar que as escalas de temperatura Celsius e Fahrenheit são transformações lineares positivas uma da outra, diferindo apenas na escolha do ponto zero e na unidade de medida. Segundo, a de que o resultado é um ótimo paretiano, de tal forma que seja impossível melhorar a situação de um ator sem prejudicar um outro. Terceiro, a de que o resultado é simétrico, no sentido de que atores de força igual obtêm ganhos iguais. Enfim, a de que o resultado satisfaz a “condição de independência com respeito a alternativas irrelevantes”, estipulando que a introdução de novas alternativas à situação de negociação somente modifica o resultado se o novo resultado é uma das novas opções. Ou seja, a introdução de novas alternativas impede que uma alternativa velha diferente surja como o resultado.

O teorema de Nash afirma que há apenas uma divisão do produto que satisfaz essas condições, a saber a divisão que maximiza o produto matemático das recompensas. Uma outra característica da solução deriva da maneira pela qual se medem

<sup>69</sup>Para uma explicação completa, ver Harsanyi.

as recompensas<sup>70</sup>: tipicamente, a maior porção relativa do produto conjunto é atribuída ao ator mais forte. Esse é o “efeito Matthew” na teoria da negociação; ao que já tem, mais será dado. Para um ator pobre, mesmo um pequeno ganho é tão importante que ele pode contentar-se com isso; um ator rico, pelo contrário, pode dizer com equanimidade: “é isso, ou então nada feito”. O efeito Matthew pode ser interpretado como uma forma de exploração<sup>71</sup>, ou, no mínimo, como o oposto da justiça distributiva, segundo a qual a quem tem menos mais deve ser dado<sup>72</sup>. Essa ausência de equidade, contudo, é secundária, porque não há fundamento normativo para que a classe capitalista obtenha o que quer que seja. Em todo caso, o modelo pode ser atraente para a análise de comportamentos, ainda que seu interesse normativo seja fraco. Zeuthen mostrou que é plausível acreditar que tal será, efetivamente, o resultado da negociação se, a cada passo, o jogador cuja perda relativa é menor faz uma concessão ao oponente<sup>73</sup>. Esse enfoque é importante em situações de negociação envolvendo confrontos definitivos, isto é, cujas conseqüências se resumem às que deles decorrem diretamente. Entretanto, se as partes sabem que terão de negociar novamente no futuro, e que o resultado da presente negociação afetará sua situação material futura, tal enfoque não funciona. A negociação salarial, na verdade, tende a ser regular, institucionalizada, as vezes até contínua. Ademais, a divisão do produto líquido entre salários e lucros num certo momento tem forte influência sobre o bem-estar futuro de ambas as classes, pois que parte do lucro é

<sup>70</sup>Os ganhos são medidos em utilidades cardinais, que são construídas a partir das preferências individuais com respeito a alternativas, algumas das quais podem ser loterias (Luce e Raiffa, cap. 2). Isso empresta grande importância às atitudes em relação a assumir; e tipicamente os ricos terão menos aversão aos riscos do que os pobres.

<sup>71</sup>Talvez Marx tivesse algo parecido em mente quando escreveu que em alguns tipos de comércio internacional, as “nações mais ricas exploram as mais pobres, mesmo quando as últimas ganham na transação” (*Theories of the Surplus-Value*, vol. 3, p. 106).

<sup>72</sup>Esses requisitos podem ser defendidos tanto do ponto de vista utilitário, visto que os pobres geralmente obtêm mais bens a partir de um dado aumento de renda, quanto do ponto de vista do “princípio da diferença” (J. Rawls, *A Theory of Justice*, Harvard University Press, 1971), o qual afirma que se deve maximizar o bem-estar dos menos favorecidos.

<sup>73</sup>“Perda relativa” significa a diferença entre a demanda e a oferta, dividida pela demanda. “Concessão” significa fazer nova demanda que proporcione ao oponente a menor perda relativa.

reinvestido. Quanto mais se reduzem os lucros, piores são as perspectivas de crescimento do produto e do consumo.

Kelvin Lancaster sugere um modelo capaz de dar conta dessa dupla dependência da negociação com respeito ao tempo<sup>74</sup>. Ele concebe a luta salarial entre capital e trabalho como um "jogo diferencial", isto é, como uma interação estratégica contínua. O modelo, e mais ainda a teoria geral que o sustenta, é uma descoberta conceitual importante, afetando a nossa maneira de pensar a exploração, o poder e o capitalismo. A teoria está para a social-democracia assim como Marx está para o capitalismo clássico: ela explica como a luta de classes se desenvolve quando os trabalhadores superam a alienação sincrônica, mas não a alienação diacrônica. Lancaster parte dos pressupostos de que trabalhadores e capitalistas confrontam-se como grupos organizados, de que não há outras classes sociais, e de que cada uma das duas classes controla uma variável econômica essencial. Dentro de certos limites<sup>75</sup> os operários determinam a taxa de consumo da classe operária com respeito ao produto líquido corrente, enquanto os capitalistas controlam a taxa de investimento com respeito aos lucros. O pressuposto relativo à variável controlada pelos capitalistas é simplesmente parte da definição de capitalismo, ao passo que o pressuposto quanto à variável sob controle operário refere-se ao desenvolvimento do capitalismo desde Marx. Nas economias capitalistas modernas, e especialmente nas economias democratas da Europa Ocidental, os trabalhadores têm o poder – seja diretamente, por via dos sindicatos, seja indiretamente, por via de impostos sobre os lucros – de apropriar-se virtualmente de todo o produto líquido, se a tal se dispuserem. Tal proposição não pode ser provada facilmente, porque choca-se com a realidade, mas é defensável. No capitalismo primitivo, o consumo operário era mantido ao nível de subsistência, e isso por várias razões, entre as

<sup>74</sup> K.Lancaster, "The Dynamic Inefficiency of Capitalism", *Journal of Political Economy* 81 (1973), pp. 1092-1109. Desenvolvimentos posteriores do modelo incluem M. Hoel, "Distribution and Growth as a Differential Game Between Workers and Capitalists", *International Economic Review* 19 (1978), pp. 335-50; e o importante artigo de A.Przeworski e M. Wallerstein, "The Structure of Class Conflict in Advanced Capitalist Societies", apresentado no Encontro Anual da American Political Science Association, agosto de 1980.

<sup>75</sup> Esses limites são necessários para que o jogo tenha uma solução, mas eles podem ser arbitrariamente estabelecidos como próximos de = e 100% respectivamente, e portanto não restringir o modelo de maneira substancial.

quais a baixa produtividade, o baixo grau de organização da classe operária, o alto grau de coesão da classe capitalista, o rápido crescimento da população e a ação estatal em favor dos capitalistas. Nenhum desses fatores opera nas sociedades capitalistas modernas. É verdade que a classe capitalista permanece forte na medida que suas organizações conseguem disciplinar seus membros. Mas seu poder de subjugar os trabalhadores foi drasticamente reduzido, pois que se os trabalhadores sentirem-se frustrados na negociação salarial, têm meios de retaliar através de intervenções estatais e pesada taxação sobre os lucros.

Todavia, os trabalhadores não utilizam seu poder. Lancaster sugere corretamente que essa hesitação deve-se a certos fatores estratégicos da situação e aos interesses de ambas as classes relativamente ao seu consumo presente e futuro. Disso decorre que os operários têm de deixar parte dos lucros em mãos dos capitalistas para reinvestimento e maior consumo futuro. Finn Kydland e Edward Prescott sugeriram que os trabalhadores, nessas condições, deveriam limitar-se a si próprios: que “os trabalhadores, controlando a política, poderiam racionalmente optar por uma constituição que limitasse o seu próprio poder de expropriar os bens da classe capitalista”<sup>76</sup>. Eis aí uma nova versão do tema da abdicação, desta vez, praticada pelos operários e não, como no 18 Brumário de Marx, pelos capitalistas. Mas a análise daqueles autores é incompleta, porque não leva em conta a natureza estratégica da situação. Lancaster faz isso quando observa que tanto os operários como os capitalistas estão num dilema. Especificamente, temos:

*O Dilema dos Trabalhadores:* se eles consumirem tudo agora, nada sobrá para investimento e crescimento futuro do consumo; mas se eles deixam algo para os lucros, não têm garantias de que esses recursos serão realizados para investimento e não para o consumo capitalista.

*O Dilema dos Capitalistas:* se eles consumirem todo o seu lucro agora, nada sobrá para investimento e crescimento futuro do consumo; mas se eles investirem parte dos lucros, não têm garantias de que os trabalha-

<sup>76</sup>“Rules Rather than Discretion: The Inconsistency of Optimal Plans”, *Journal of Political Economy* 85 (1977), pp. 473-92.

dores não se apropriarão do consumo acrescido pelos seus investimentos.

O pressuposto, note-se, é o de que os capitalistas desejam consumir, e não fazer lucros. A taxa de lucro é fixada pela classe operária e portanto não pode ser também maximizada pelos capitalistas. Esse argumento não nega a importância da maximização dos lucros, pois que se os capitalistas conseguem resultado melhor do que a taxa fixada para eles, eles também se beneficiarão em termos de consumo.

Note-se também que o modelo tem aplicações potenciais em diversas situações, como por exemplo na relação entre uma empresa multinacional que controla a taxa de reinvestimento local sobre os lucros criados localmente, e o governo local que controla a taxa de imposto sobre os lucros.

No jogo formado por esses dilemas, uma estratégia é o perfil no tempo dos valores da variável de controle, isto é, uma seqüência contínua de taxas de consumo sobre o produto líquido para os trabalhadores, e uma seqüência de taxas de investimento sobre os lucros para os capitalistas. Uma solução, aqui como em geral, consiste em duas estratégias que são ótimas uma com respeito à outra. Lancaster mostra que, se se admite que as duas classes maximizam seu consumo num lapso de tempo definido, o jogo tem solução. Ele mostra igualmente que a solução é sub-ótima, no sentido de implicar um consumo total menor para cada classe do que o que seria possível com diferentes perfis temporais. A solução também é descontínua: num determinado ponto no tempo, ambas as classes mudam do consumo mínimo para o máximo. Na minha opinião, esses resultados são por demais dependentes dos pressupostos específicos do modelo, e por essa razão não têm grande interesse. A importância do modelo é sobretudo conceitual. Ele mostra como os trabalhadores podem deter o poder político e, apesar disso, permanecer impotentes se os capitalistas conservam poder econômico; mostra também como os trabalhadores podem controlar o consumo, e permanecer impotentes se os capitalistas controlam o investimento; enfim, mostra como os trabalhadores podem determinar o presente, mas permanecer impotentes se os capitalistas determinam o futuro. A exploração da classe operária, então, não consiste apenas na apropriação da mais-valia pelos capitalistas, mas também na exclusão dos trabalhadores das

decisões cruciais sobre investimentos, que modelam o futuro. Em outras palavras: os trabalhadores não apenas são explorados, mas carecem de autodeterminação<sup>77</sup>. Nos países onde a social-democracia é mais desenvolvida, é possível argumentar, de acordo com Ralf Dahrendorf, que a questão central da luta de classes é o poder e não os bens materiais<sup>78</sup>.

Jogos cooperativos de  $n$  pessoas têm sido utilmente aplicados à análise de exploração. Em sua *General Theory of Exploitation and Class*, John Roemer mostra que as noções desenvolvidas em sua teoria podem caracterizar os modos feudal, capitalista e socialista de exploração<sup>79</sup>. Diz-se que um grupo de indivíduos é explorado se a sua situação pudesse melhorar caso eles se retirassem da sociedade em que se encontram segundo certas regras de retirada: Diferentes formas de exploração correspondem a diferentes regras de retirada. Assim, os servos eram explorados no sentido feudal porque ficariam melhor de vida caso se retirassem da sociedade com sua própria terra. Os trabalhadores são explorados capitalisticamente porque ficariam melhor se se retirassem com sua parcela *per capita* de ativos tangíveis, isto é, de bens de capital. E sob o socialismo, um grupo é explorado na medida que poderia melhorar sua sorte saindo da sociedade com sua parcela *per capita* de ativos intangíveis, isto é, qualificação profissional e talentos pessoais. Essa última noção é algo imprecisa, mas a caracterização da exploração feudal e capitalista é muito útil, assim como é útil a observação de que

<sup>77</sup> L. Kolakowski, (*Main Currents of Marxism*, Oxford University Press, 1978, 3 vols., vol. 1, p. 333), define exploração em termos de "poderes exclusivos de decisão" mantidos pelos capitalistas. De forma similar, E.O. Wright, em vários trabalhos, como por exemplo *Class Structure and Income Determination*, Academic Press, 1979, p. 14 e ss., acrescenta a autoridade à extração excedente como um componente da exploração e de classe. John Roemer (*A General Theory of Exploitation and Class*) toma a linha mais ortodoxa de que a falta de poder sobre decisões econômicas é diferente de exploração.

<sup>78</sup> Deve-se observar nesse ponto que mesmo os marxistas que aceitam que as relações de autoridade são um componente de classe, restringem-se a relações de comando e subordinação dentro da empresa, enquanto Dahrendorf amplia a noção de maneira a incluir relações de autoridade em qualquer organização.

<sup>79</sup> Roemer também argumenta, mais ambiciosamente, que a exploração pode ser *definida* em termos de alternativas hipotéticas. Na minha contribuição em um simpósio sobre o trabalho de Roemer (no prelo pela *Politics and Society*) argumento que essa proposta tem consequências contra-intuitivas. Permanece verdadeiro que casos importantes de exploração podem ser caracterizados (e não definidos) da maneira que ele propõe.

afirmar, nos termos da economia neoclássica, que os trabalhadores não são explorados no capitalismo, na verdade resulta em afirmar que no capitalismo não existe exploração feudal. Também é possível chegar a proposições específicas sobre a intensidade da exploração mediante a utilização da teoria dos jogos cooperativos.

Consideremos a situação discutida por Lloyd Shapley e Martin Shubik<sup>80</sup>. Trata-se de uma situação em que um capitalista é dono da terra e os trabalhadores são donos apenas de sua força de trabalho. Como o produto será dividido entre o proprietário da terra e os trabalhadores caso ocorram coalizões entre o proprietário e alguns dos camponeses? Shapley e Shubik mostram que nesse caso o resultado é pior para os trabalhadores que em condições de concorrência perfeita, em que não se admitem coalizões de nenhum tipo. As coalizões proprietário-trabalhadores correspondem a um princípio de "divide e impera": os trabalhadores deixam-se seduzir pelas vantagens oferecidas pelo proprietário, e traem sua classe. Mesmo que os trabalhadores sejam por demais fracos para agir coletivamente, eles podem ser suficientemente fortes para resistir a esse tipo de acordos parciais com o proprietário. A negociação individual de salário é sinal de fraqueza, se comparada à negociação coletiva; mas confrontada a coalizões parciais do tipo descrito, ela indica consciência de classe incipiente. A teoria das coalizões, dessa forma, abrange simultaneamente os problemas da solidariedade de classe e da luta de classes.

O ponto fraco da teoria dos jogos, no presente estágio do seu desenvolvimento, é a falta de hipóteses testáveis. Há muitos estudos experimentais sobre os jogos, tanto cooperativos como não-cooperativos, mas poucas aplicações a cenários experimentais. O valor da teoria, portanto, está principalmente em iluminar a natureza da interação social e em criar categorias mais discriminantes para a análise sociológica. Mesmo assim, acredito que essa é uma situação transitória, e que a teoria dos jogos será de ajuda crescente no entendimento dos problemas históricos e sociais. As razões dessa minha crença são razões *a priori*. Se aceitarmos que a interação é da essência da vida social, então pode-se afirmar que os três conjuntos interligados de

80. "Ownership and the Production Function", *Quarterly Journal of Economics* 80 (1967), pp. 88-111.

interdependências mencionados acima apreendem o fenômeno da interação melhor do que qualquer modalidade alternativa de análise. A teoria dos jogos proporciona sólidas microfundações para qualquer estudo da estrutura e de mudança social.

É verdade que os problemas de agregação e análise estatística ainda são fontes de perplexidade quando nos confrontamos a situações mais complexas. Mas isso não é razão para abandonar a investigação sobre as microfundações; antes é um forte motivo para estabelecer laços mais fortes entre a análise agregada e o estudo do comportamento individual.

Para o marxismo, a teoria dos jogos é útil para a compreensão de situações de conflito misto e de cooperação: cooperação para produzir tanto quanto possível, conflito para dividir o produto. A teoria dos jogos ajuda a compreender a mecânica da solidariedade e da luta de classes, sem presumir que os operários e capitalistas tenham interesses comuns e necessidade de cooperação. Eles não têm. O interesse da classe operária é suprimir a classe capitalista – e a si própria enquanto classe assalariada – e não cooperar com ela. No quadro de alienação do capitalismo, contudo, não é difícil que esse interesse seja percebido incorretamente. Permanece a aparência de um interesse comum, imprimindo à ação operária orientações semelhantes à esboçada aqui. Somente através de uma análise adequada do mecanismo dessa luta de classes reformista pode-se compreender o processo de sua transformação numa luta pela abolição do sistema capitalista.